

APRESENTAÇÃO

Está no ar a Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico número 8. Este número traz as pesquisas debatidas durante o 16º Encontro Ibero-Latino-Americano de Governo Eletrônico e Inclusão Digital, ocorrido em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina, durante os dias 02, 03 e 04 de maio de 2013.

O Encontro ocorreu em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, Universidad de Zaragoza e a Universidade Federal de Santa Catarina.

O Encontro, assim como a Revista, é uma ação do Grupo de Pesquisa em Governo eletrônico, inclusão digital e sociedade do conhecimento, cadastrado no CNPq, do qual fazem parte pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

No total, doze trabalhos foram contemplados nesta edição e com exceção do artigo de número 9, todos os demais foram apresentados no evento referido acima. O índice geral de aceitação dos trabalhos submetidos ficou em 65%.

O primeiro artigo procura desenvolver os argumentos relacionando a reconstrução de sentido do constitucionalismo com a nova sociedade da era da informação, delimitando o estudo em torno dos riscos de perspectivas que perpassam os movimentos sociais até a possível formação da cibercidadania.

O segundo procura analisar os principais problemas apresentados pela lei nº 11.419/2006, marco inicial da virtualização do processo, propondo algumas soluções, na esperança de contribuir para um processo judicial mais equilibrado, inovador e que de fato contribua como instrumento de se fazer justiça.

O terceiro artigo analisa as ações das Pró-reitorias de Pesquisa e de Extensão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) divulgadas em seus respectivos websites e conclui que é necessário aprimorar o design dos websites a fim de alavancar um relacionamento mais próximo com a sociedade e que agregue valor tanto às ações dos IFs perante a sociedade quanto às iniciativas desta última.

O quarto artigo reproduz os resultados preliminares de uma análise comparativa sobre a situação do sistema judicial brasileiro, a fim de aferir o grau do seu desenvolvimento tanto em relação a países europeus com indicadores de eficiência judicial de melhor qualidade como em relação a países com indicadores inferiores qualitativamente.

O quinto artigo, que adota como método científico o Direito Comparado, analisa o cenário jurídico de e-GOV do Brasil em cotejo com os critérios definidos internacionalmente pela ONU e os parâmetros de boas práticas institucionalizadas nos EUA, tendo em vista verificar em que medidas os aspectos normativos de e-GOV no Direito Brasileiro podem ser caracterizados como Política de Estado ou Política de Governo.

Partindo de uma análise quanti-qualitativa de séries temporais de dados e informações obtidas junto ao CNJ – Justiça em Números, nos anos de 2009, 2010 e 2011, da Justiça Estadual Brasileira, e também dos relatórios de produtividade e movimentação processual divulgados pelas Corregedorias Estaduais, o sexto artigo discute o tempo médio de julgamento de processos em meio físico e digital de diversos Tribunais da Justiça Estadual do Brasil.

O sétimo artigo busca fazer uma avaliação dos portais das Assembleias Legislativas do Brasil utilizando como critérios a Lei de Acesso a Informação e a Cartilha de Usabilidade para portais e sítios disponibilizada pelo Governo Federal.

Baseado na verificação da implantação da figura do juiz de cooperação e do núcleo de cooperação judiciária pelos 91 tribunais do Brasil e da efetividade de tal medida, o oitavo artigo busca demonstrar que o Poder Judiciário vem buscando inovar através de práticas de gestão, de forma concreta no estabelecimento de metas.

Já o nono artigo faz um levantamento das experiências das “Escolas do Legislativo” e do “Parlamento Jovem” veiculadas nos portais das assembleias legislativas brasileiras, verificando se estes programas cumprem de maneira satisfatória os objetivos de informar à opinião pública das atividades destes programas e de estimular a participação política do público-alvo.

O décimo artigo relata a experiência da aplicação das tecnologias de informação no suporte a estudos de prevenção de infecções associadas ao cuidado da saúde (IACS) em áreas críticas e não críticas de hospitais na Argentina.

Já o décimo primeiro se propõe a analisar comparativamente os portais da transparência das cinco principais cidades paranaenses, tendo por objetivo avaliar a

aplicabilidade da lei nº131/2009 baseadas nos conceitos de transparência e accountability virtual.

E finalmente o décimo segundo analisa o processo que desencadeou a edição da lei de acesso à informação no cenário brasileiro e as principais discussões desde sua entrada em vigor, qual seja a disponibilização de dados remuneratórios de seus servidores.

Em uma seção especial, ao final da revista, são apresentados ainda quatro artigos cujos autores são palestrantes convidados para o evento.

Gostaríamos de agradecer imensamente aos Professores Doutores, especialistas de notório saber nos temas da revista, que dispuseram do seu tempo e participaram das avaliações dos artigos apresentados nesta edição. São eles:

Professores	Instituição
Adalberto Simão Filho	Faculdades Metropolitanas Unidas
Adriana Silva Maillart	UNINOVE
Aires José Rover	Universidade Federal de Santa Catarina
Ana Di Iorio	Universidad FASTA
Anselmo José Spadotto	UNINOVE/UNESP
César Serbena	Universidade Federal do Paraná
Denilson Sell	Universidade Federal de Santa Catarina
Fernando Galindo	Universidad de Zaragoza
Gustavo Feitosa	Universidade de Fortaleza
José Miguel Busquets	Universidad de la República
José Renato Cella	PUC/PR
José Leomar Todesco	Universidade Federal de Santa Catarina
Kelly Lissandra Bruch	IMED - Faculdade Meridional
Marco Antônio Barbosa	Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - São Paulo - SP
Marcos Cavalcanti	Crie - Coppe/UFRJ
Matheus Castro	Universidade Federal de Santa Catarina
Maurinice Evaristo Wenceslau	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Mônica Bonetti Couto	UNINOVE
Orides Mezzaroba	Universidade Federal de Santa Catarina
Ramón Gerônimo Brenna	Facultad de Derecho Universidad de Buenos Aires Argentina
Ricardo Piana	Universidad Nacional de La Plata
Roberto Giordano Lerena	Universidad FASTA
Roberto Heinzle	FURB
Samantha Meyer-Pflug	UNINOVE

Os artigos aqui publicados foram avaliados por no mínimo dois especialistas, em *double blind review*. Agradecemos também aos nossos autores e aqueles que

colaboraram enviando seus artigos e esperamos que nossos leitores aproveitem a leitura e busquem participar ativamente das discussões sobre as temáticas desta revista.

Boa leitura a todos!

Paloma Maria Santos

Aires José Rover

Comitê Editorial

Florianópolis, 24/05/2013.